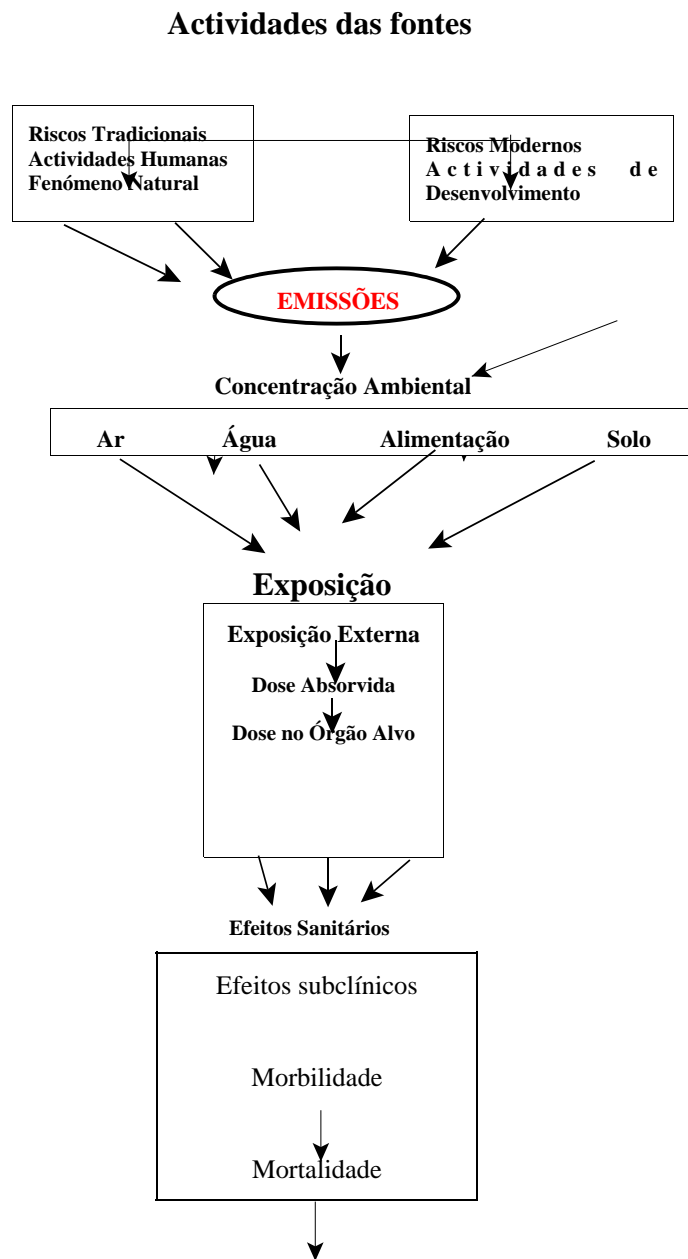


## INTRODUÇÃO

1. Apesar dos esforços meritórios de muitos governos e organismos de ajuda externa ao longo de várias décadas, em África no ano 2000, cerca de 276 milhões de pessoas continuavam sem acesso a fornecimento de água potável e 284 milhões não viviam em condições sanitárias adequadas (AFR/WSH/00.3). Os custos dos tratamentos dos recursos hídricos e o controlo dos vectores tornam-se elevados devido a: excessiva propagação dos vectores das doenças; poluição das escassas fontes de água; contaminação dos solos por resíduos industriais, municipais e agrícolas contendo produtos tóxicos e perigosos; o uso generalizado de veículos muito velhos causando a poluição atmosférica e a acumulação de detritos que as dificuldades já existentes do tratamento dos resíduos sólidos; a poluição das escassas nascentes de água, a contaminação dos solos por resíduos industriais, municipais e agrícolas, contendo produtos químicos tóxicos e perigosos, e a excessiva propagação dos vectores de doença resultaram em custos muito elevados para o tratamento dos recursos hídricos e para o controlo dos vectores.
2. É de consenso geral que a contribuição e os benefícios do ambiente para outros factores determinantes da saúde não são devidamente compreendidos pelos órgãos decisórios e planificadores. Isto reflecte-se no baixo nível dos recursos atribuídos à manutenção de um ambiente viabilizador que suporte a vida e a saúde. As doenças que afligem as comunidades, em particular as comunidades carenciadas e as comunidades marginais dos meios rurais e urbanos em África, devem-se principalmente a condições ambientais que podem ser evitadas. A situação das comunidades carenciadas é agravada por fracas condições ambientais que poderiam ser facilmente geridas por serviços de saúde e ambiente.
3. Desse modo, torna-se *crucial* diferenciar entre “ambiente e saúde” e “saúde ambiental”. *A saúde ambiental engloba os factores da saúde humana, incluindo a qualidade de vida, que são determinados por factores físicos, químicos, biológicos, sociais e psicossociais do ambiente (WHO/EH/98.9)*. Também se refere à teoria e à prática da avaliação, correcção e prevenção desses factores no ambiente que possam afectar adversamente a saúde das gerações actuais e futuras. Assim, entende-se por “serviços de saúde ambiental” os serviços que implementam políticas de saúde ambiental através de actividades de monitorização e controlo.
4. A expressão “ambiente e saúde” refere-se à *interface* entre o ambiente, por um lado, e a saúde, por outro. Por outras palavras, *a capacidade de associar dados relativos à saúde e ao ambiente e, portanto, de compreender as relações entre os níveis de exposição e os efeitos sanitários é fundamental na tentativa de controlar as exposições e de proteger a saúde. Esta capacidade é particularmente importante nos países em que as questões relativas à poluição ambiental têm tradicionalmente ficado para segundo plano face às exigências do desenvolvimento económico (WHO/EHG/95.26)*. Basicamente, o ambiente e a saúde têm a ver com a avaliação de riscos e a gestão desta interface (consultar a estrutura conceptual a nível individual, Figura 1).
5. Torna-se cada vez mais evidente que o futuro da saúde, sobretudo na Região, será determinado pelo ambiente. Enquanto outras regiões se vêm confrontadas com problemas de uma era, o Continente Africano, vê-se confrontado com os problemas combinados da era pré-industrial, da industrialização e do Século XXI. Os países têm de se preparar para abordar estes desafios, para não serem dominados por um futuro que podem planear, aproveitando os recursos que têm à disposição.

Figura 1 : Os trajectos dos riscos da saúde ambiental: estrutura conceptual a nível individual.



Fonte: OMS/EHG/95.26, página 8

6. A estratégia *Saúde e Ambiente* visa estimular o desenvolvimento e implementação de políticas de saúde ambiental no sector da saúde. Estas políticas deverão permitir que o sector da saúde dos vários países estabeleça ligação com as políticas dos restantes sectores sociais, de modo a sensibilizá-los para os problemas da saúde. A estratégia também deverá permitir ao sector da saúde desenvolver os conhecimentos e promover a sensibilização das comunidades relativamente à relação entre o ambiente e a saúde. É importante que as comunidades façam escolhas informadas, de modo a melhorar o estado de saúde e a qualidade de vida, e a contribuir para um desenvolvimento sustentável.

7. Para abordar os problemas acima mencionados é preciso adoptar mecanismos institucionais que apoiem o compromisso político feito pelos países da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) e pelos Ministros da Saúde através de vários esforços regionais, com vista a assegurar ambientes saudáveis e seguros para as respectivas populações. A estratégia regional visa fortalecer medidas preventivas e de promoção da saúde em todos os países da Região.

## ANÁLISE DA SITUAÇÃO

8. Em África, as doenças relacionadas com a água, tais como o paludismo, a schistosomíase e a oncocercose, constituem algumas das causas da elevada morbilidade que afecta negativamente a economia e o sector da saúde. As doenças infecciosas associadas a fracas condições ambientais matam uma em cada cinco crianças em África. A diarreia e as infecções respiratórias agudas são duas das principais causas de morte das crianças com menos de cinco anos. A cólera é endémica em pelo menos uma dúzia dos países da Região. Em 1999, registou-se um total de 187.775 casos de cólera, com 7.831 mortes, o que representa uma taxa de mortalidade de 4% (WHO/EH 98.7). A febre hemorrágica por vírus Ébola é uma das doenças emergentes.

9. Os acidentes de trabalho e as doenças profissionais desempenham um papel importante nos países em desenvolvimento, onde vive 70% da população activa do mundo. Ao afectar a saúde da população activa, os acidentes de trabalho e as doenças profissionais têm graves efeitos sobre a produtividade do trabalho, bem como o bem-estar económico e social dos trabalhadores, famílias e pessoas dependentes, despoletando assim um ciclo de *baixa capacidade, baixos rendimentos, baixa produtividade e baixo consumo* que tendem a encurralar as sociedades na pobreza.

10. Globalmente, as substâncias químicas têm trazido melhorias para as vidas e saúde das nações. Todos os anos, mais de uma centena de novas substâncias químicas são introduzidas no mercado, apesar de a toxicologia de várias destas substâncias não ser totalmente conhecida. Na Região Africana, estas substâncias químicas são basicamente utilizadas na agricultura e em algumas indústrias artesanais, com pouco ou nenhum conhecimento acerca dos efeitos imediatos e de longo prazo. As substâncias químicas têm efeitos cumulativos no corpo, podendo causar situações agudas e crónicas, resultando em complicações muito graves e na morte.

11. É prática comum a mulher carregar consigo o seu bebé enquanto trabalha nos campos, expondo-se a si e ao bebé a estas substâncias químicas. A OMS desenvolveu uma estratégia, *O Sector da Saúde e a Segurança Química no Século XXI* (Cidade do Cabo, Julho de 2001), para abordar as substâncias químicas no âmbito do sector da saúde, e que serve de guia para os vários países.

12. Em alguns países africanos, além da exposição às substâncias químicas, há ainda os derrames e fugas de petróleo que poluem ainda mais a terra e a água. Por vezes, estes derrames e fugas de petróleo provocam incêndios, contribuindo assim para a poluição atmosférica. De interesse particular são os aditivos no combustível, sobretudo o chumbo, que facilmente entram no corpo sob variadas formas. O chumbo limita a capacidade das crianças para a aprendizagem, despoletando assim um ciclo de analfabetismo que posteriormente conduz à pobreza.

13. A poluição do ar no interior das casas resulta em várias doenças respiratórias e outras não-transmissíveis no mundo. Em África, a situação é agravada pelas casas superlotadas e mal ventiladas, pela utilização de biomassa e querosene para o aquecimento e iluminação dos espaços, pela falta de informação sobre a utilização de substâncias químicas e pela utilização de veículos motorizados velhos e negligenciados. Isto tem resultado num aumento das doenças no seio das populações. Afecta igualmente a produtividade, perpetuando o ciclo da pobreza. As crianças com menos de cinco anos das localidades com elevados índices de poluição do ar no interior das casas terão mais probabilidades de sofrer de problemas nas vias respiratórias superiores do que as de localidades menos poluídas. Terão também mais probabilidades de insucesso escolar em comparação com as crianças das zonas mais beneficiadas. Isto limita as suas capacidades e oportunidades na vida.

14. Os efeitos de actividades tais como a queima de combustível fóssil e a utilização de substâncias químicas têm contribuído para o desgaste da camada de ozono, criando condições favoráveis ao ressurgimento de doenças como o paludismo, a febre de Dengue e a cólera e constituindo factores que provocam doenças emergentes, com o Ébola.

15. A expansão de povoações urbanas não planeadas e mal construídas nas cidades e vilas africanas, muitas vezes em locais inadequados, não só afecta negativamente a saúde como também debilita os bons valores. Estas povoações exercem pressão sobre o ambiente e as infra-estruturas existentes, pelo que sobrecarregam o sistema e ameaçam a saúde das pessoas, sobretudo das crianças. Normalmente os governos respondem fornecendo água sem aperfeiçoar o controlo de resíduos e o saneamento, apesar de serem inseparáveis. É um facto inegável de que será afectada a qualidade da água potável fornecida nas zonas onde o saneamento é inexistente ou fraco.

16. A gestão de resíduos sólidos e líquidos está longe de ser satisfatória na Região Africana. O resultado traduz-se em lixeiras a céu aberto em locais de despejo sem controlo que atraem os que procurem os salvados, piolhos e doença. Isto deve-se à falta de planeamento e implementação de medidas de eliminação de resíduos. As comunidades fixam-se em terras inadequadas, que podem ter sido utilizadas como locais de despejo de lixo genérico, estando por isso expostas a libertação de gases fortes e a explosões de gases acumulados. Os resíduos, quando não são devidamente tratados, afectam o ambiente e a saúde negativamente, seja directa ou indirectamente. Em particular, os resíduos provenientes das actividades de cuidados de saúde constituem um risco especial para a população da Região, exigindo uma atenção dedicada e urgente. No entanto, a correcta gestão dos resíduos pode criar emprego e minorar a pobreza. Se os resíduos forem cuidadosamente reciclados, reutilizados e reclamados, a percentagem efectivamente eliminada será muito pequena, o que irá poupar espaço tão necessário para outras actividades.

17. A segurança e a qualidade da alimentação nas suas várias formas são, portanto, afectadas por muitas das condições de insegurança criadas. A capacidade para dar suporte à vida fica então grandemente comprometida. De facto, a alimentação torna-se perigosa para a saúde e para a vida. A forma como a alimentação é produzida, armazenada, transportada e manuseada como produto comercial é, por isso muito

importante, dado que determina os benefícios que poderá acarretar para a população. É preciso prestar particular atenção ao manuseamento dos alimentos e dos géneros alimentícios, de modo a assegurar a qualidade. A OMS trata a segurança e a higiene dos alimentos como aspecto individual e muito importante, que necessita de uma estratégia própria.

18. Por forma a garantir que os factores determinantes do sucesso acompanhem essa estratégia, existem três possíveis cenários de desenvolvimento da saúde ambiental na Região para o ano 2020. A finalidade da abordagem por cenários consiste em orientar a tomada de decisões e em criar uma determinada capacidade para antecipar acontecimentos.

- **Manter o *status quo*** – Este cenário traz pouca ou nenhuma mudança para a Região. Além das ocasionais histórias de sucesso, as considerações sobre saúde e ambiente continuarão a receber a pouca atenção e recursos de que agora são alvo. O crescimento explosivo dos bairros de lata peri-urbanos não será reduzido. Em linha com as projecções demográficas padrão, as questões sobre saúde e ambiente tornar-se-ão um grave problema nas áreas urbanas da Região, onde grande parte da população residirá em 2020. A poluição atmosférica, a água e alimentação impróprias para consumo, a habitação degradada e os problemas de saúde ocupacional continuarão a cobrar um preço pesado às populações africanas.
- **Cenário catastrófico** – A combinação do rápido crescimento populacional com o aumento da pobreza, o esgotamento dos recursos naturais e a extensa poluição ambiental irá pura e simplesmente dominar os órgãos decisórios. Consequentemente, passarão a funcionar num estado de negação dos problemas que se apresentam. As suas intervenções concentrar-se-ão nos poucos privilegiados à custa do sacrifício da maioria. A simples magnitude do problema apresentado colocá-los-á num estado de inacção e as fracas condições de saúde ambiental serão consideradas como normais. Só quando estas condições de saúde ambiental tiverem um impacto directo sobre a vida dos poucos privilegiados é que serão tomadas medidas para resolver o problema.
- **A nova era** – Neste cenário, o aumento da participação pública nos esforços relacionados com a saúde ambiental, associado a uma maior capacidade, maior sensibilização e um forte compromisso político, irão contribuir para melhorar drasticamente a situação da saúde e ambiente do continente. Graças aos esforços sustentados, as doenças induzidas pelo ambiente (desintéria, cólera, paludismo, etc.) passam a fazer parte do passado. A água potável será disponibilizada a todos e as práticas de higiene participativas de baixo custo serão institucionalizadas por todo o continente. Com efeito, a história do sucesso africano será amplamente divulgada por outras regiões em desenvolvimento no mundo. As ameaças emergentes, tais como a poluição atmosférica, terão sido largamente controladas devido à adopção de novas e adequadas tecnologias, e a estabilidade política, evidenciada pela ausência de conflitos políticos, constituirá a norma na maior parte do continente.

## **A ESTRATÉGIA REGIONAL**

### **Objectivo de longo prazo**

19. Criar e manter até 2020, um ambiente propício à promoção da saúde e que contribua para um desenvolvimento sustentável; ao mesmo tempo, assegurar a promoção de comportamentos adequados, no que respeita à gestão do ambiente.

### **Objectivos**

20. Por outras palavras, o objectivo global desta estratégia consiste em influenciar estas condições ambientais, de modo a afectar os factores determinantes da saúde com vista a promover resultados positivos para as populações e comunidades, em particular as comunidades marginais dos meios rurais e urbanos. Os objectivos específicos consistem em apoiar os países, para que:

- a) elaborem as suas próprias políticas sobre a gestão do ambiente e saúde, até 2010;
- b) estabeleçam estruturas adequadas para os serviços de saúde e ambiente até 2010;
- c) melhorem as capacidades dos recursos humanos em saúde e ambiente nos ministérios da saúde até 2015; e
- d) fomentem a colaboração inter e intra-sectorial, bem como parcerias;
- e) promovam um comportamento compatível com a gestão ambiental.

### **Princípios orientadores**

21. São necessários quatro princípios orientadores para a implementação da estratégia saúde e ambiente:

- a) A participação da população na tomada de decisões implica o envolvimento de todos os intervenientes na tomada de decisões ao nível local, sobretudo no que diz respeito à gestão dos recursos naturais. O diálogo, a participação da população e a resolução de conflitos entre os intervenientes fortalecem a aceitabilidade e a prontidão para adoptar conceitos, projectos e programas, tornando as intervenções mais rentáveis e culturalmente adequadas.
- b) A disponibilização de serviços de saúde e ambiente a toda a população significa “algo para todos” em vez de “tudo para alguns”. A equidade, ou seja, a ausência de diferenças sistemáticas potencialmente remediáveis num ou mais aspectos da saúde da população ou dos grupos populacionais, diferenças essas definidas em termos sociais, económicos ou demográficos, é essencial. No contexto dos países menos desenvolvidos, a equidade no acesso aos serviços de saúde pública tem-se tornado um objectivo mais importante do ponto de vista da mitigação da pobreza.

- c) Uma abordagem em favor dos pobres garante que o principal objectivo do planeamento é o de beneficiar os pobres. Caso contrário, os pobres permanecem periféricos ao processo de planeamento e desenvolvimento.
- d) A colaboração intersectorial entre os vários sectores sociais, sobretudo a habitação, as autoridades locais, a terra, a agricultura, os transportes (estradas), o ambiente, os recursos hídricos e florestais, deverá garantir um planeamento e implementação integrados.
- e) promovam um comportamento compatível com a gestão ambiental.

### **Intervenções prioritárias**

22. Numa tentativa de abordar as inúmeras e complexas determinantes ambientais da saúde, o sector da saúde terá de implementar as seguintes intervenções prioritárias:

- a) aumentar a capacidade das estruturas institucionais de todos os sectores abrangidos para responderem aos desafios;
- b) coordenar a utilização dos recursos em benefício da Região, sobretudo dos grupos populacionais mais pobres e carenciados;
- c) unir os países para partilharem experiências e conhecimentos;
- d) procurar conhecimentos da Região e incentivar a sua aplicação sempre que for adequado;
- e) realizar a gestão de riscos como uma das abordagens básicas para a prestação de serviços de saúde e ambiente;
- f) recorrer a abordagens comprovadas, tais como zonas, cidades, bairros, mercados, etc. saudáveis, e à Transformação Participativa em Higiene e Saneamento (PHAST); a OMS tem desenvolvido directrizes sobre estas abordagens;
- g) introduzir o ambiente e a saúde como uma disciplina contínua no currículo escolar; e
- h) apoiar a pesquisa sobre a implementação de medidas rentáveis que beneficiem as comunidades.

### **Funções e responsabilidades**

23. Com vista a abordar as questões acima mencionadas relativas ao ambiente, desenvolvimento e saúde, e para garantir o sucesso da estratégia, atribuem-se as seguintes funções e responsabilidades aos principais intervenientes:

### **Responsabilidades dos países**

24. Os ministérios da saúde, em parceria com os ministérios do ambiente dos países, devem conduzir o desenvolvimento de políticas que lhes permitam abordar e implementar factores determinantes ambientais da saúde. Por isso, deverão criar condições que assegurem o sucesso, nomeadamente a atribuição adequada dos recursos aos serviços de saúde e ambiente, de modo a permitir-lhes executar uma gestão de riscos, proporcionar dados para o desenvolvimento de políticas destinadas aos restantes sectores e fomentar a colaboração e a participação da comunidade.

25. As comunidades e outros sectores sociais dos países deverão envolver-se no sector da saúde. É igualmente importante que as comunidades participem no desenvolvimento e implementação de políticas, bem como na monitorização e avaliação de projectos e programas à semelhança da Cimeira Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em 2002.

26. Os conhecimentos do sector privado são essenciais para o desenvolvimento e implementação das políticas e para a prestação de serviços. Isto proporciona um ambiente conducente à participação das comunidades no sector privado, contribuindo para acalmar a tensão entre o sector privado e as comunidades, e a tensão decorrente de conceitos errados.

27. A participação das instituições de investigação e ensino superior ajuda a que compreendam o rumo que os desenvolvimentos estão a tomar. Deste modo, terão capacidade para desenvolver recursos humanos relevantes e para iniciar e levar a cabo um trabalho de pesquisa relevante para as actividades prioritárias. Isto também acrescenta competências aos ministérios da saúde e facilita o desenvolvimento profissional contínuo.

28. Outros parceiros, tais como os ministérios com a responsabilidade da habitação, urbanismo, ambiente, comércio e indústria, governo local, agricultura, transportes, actividade mineira, recursos hídricos e ensino, têm de trabalhar em estreita colaboração com os ministérios da saúde no desenvolvimento de políticas. A população também será beneficiada se os sectores sociais apoiarem iniciativas com vista à colaboração dos sectores e incluírem, no seu desenvolvimento dos recursos humanos, a cultura do planeamento e implementação integrados. Para o sector do ensino em particular, a inclusão do ambiente e da saúde como parte da aprendizagem contínua deverá contribuir para alterar o paradigma.

### **Responsabilidades da OMS e dos parceiros**

29. A Organização Mundial de Saúde, em colaboração com os seus parceiros (PNUA, PNUD, PISQ, Banco Mundial), deverá prestar assistência na adopção da estratégia *Saúde e Ambiente: Estratégia para a Região Africana* por parte dos ministérios da saúde da Região. Além disso, a OMS irá elaborar estratégias para as políticas e normas relativas à saúde e ambiente para que os países as possam aproveitar para desenvolverem as suas próprias políticas. A OMS também deverá ajudar na identificação dos factores facilitadores e inviabilizadores do desenvolvimento de políticas e na melhoria de capacidades e aptidões para a prestação de serviços de saúde e ambiente. Deverá igualmente fomentar a cooperação entre os países na partilha de recursos, conhecimentos e experiências, incentivando a mobilização das comunidades com vista a participarem em programas de desenvolvimento sanitário. A OMS ajudará a mobilizar o sector privado para que se envolva e disponibilize apoio na prestação de serviços de saúde e ambiente. Serão incentivados os mecanismos de monitorização e avaliação intrínsecos, por forma a permitir aos países a avaliação do progresso na implementação dos projectos e programas.



### **Monitorização e avaliação**

30. Os seguintes aspectos serão utilizados para monitorizar o progresso na consecução dos objectivos relacionados com o ambiente e a saúde:

- a) desenvolvimento de uma política de saúde e ambiente por parte dos países e ministérios da saúde;
- b) desenvolvimento, por parte dos países, de mecanismos institucionais relevantes para o planeamento e implementação de políticas, com vista à abordagem das preocupações ambientais e sanitárias;
- c) melhoria, por parte dos países, das capacidades dos recursos humanos em saúde e ambiente nos respectivos ministérios da saúde;
- d) desenvolvimento, por parte dos países, através dos ministérios da saúde, de mecanismos para a colaboração com outros sectores sociais e cooperação com parceiros;
- e) mobilização das comunidades para se envolverem nas questões relativas ao ambiente e ao desenvolvimento que afectam a saúde; e
- f) desenvolvimento de capacidades e agendas de investigação para as determinantes ambientais da saúde.

### **OS FACTORES DETERMINANTES DO SUCESSO**

31. Os factores determinantes do sucesso variam desde a função de administração do governo até à utilização de instrumentos estratégicos:

- a) Os governos da Região devem comprometer-se a nível político, financeiro e social com a implementação de políticas relativas aos determinantes ambientais da saúde.
- b) Uma maior sensibilização e apreciação por parte dos profissionais em relação aos elos entre o ambiente, a saúde e o desenvolvimento sustentável, revela-se fundamental para a adopção e implementação da estratégia para a Região.
- c) Há uma necessidade de mudança da mentalidade do *status quo* para uma abordagem de escolha múltipla, de modo a resolver questões e preocupações actuais e emergente.
- d) A disponibilidade do pessoal qualificado na Região Africana para a utilização de instrumentos tais como a *Cartografia dos Riscos para a Saúde Ambiental* e o *Estudo de Impacto Ambiental*, com vista a uma melhor prestação de serviços de saúde ambiental é crítica.

### **CONCLUSÃO**

32. Esta estratégia constitui uma tentativa de abordar o ciclo de questões relacionadas com o ambiente, o desenvolvimento e a saúde humana. Em particular, destina-se às povoações pobres e carenciadas. A estratégia recorre deliberadamente à abordagem dos cuidados de saúde primários, com destaque para a

prevenção e promoção da saúde, como instrumento primário. Esta abordagem foi adoptada por todos os países do mundo, incluindo os da Região Africana, por forma a assegurar o máximo de benefícios de saúde para as suas populações.

33. Adquiriram-se conhecimentos suficientes e desenvolveram-se instrumentos adequados de modo a permitir que o sector da saúde contribua para a obtenção de resultados na saúde e para o desenvolvimento sustentável. Desde a Cimeira da Terra no Rio de Janeiro, em 1992, o Continente Africano tem conseguido desenvolver um consenso através de vários esforços nas áreas do ambiente e da saúde, com vista a um desenvolvimento sustentável. Chegou a altura de consolidar esses esforços.

34. Os factores ambientais que contribuem para um sector da saúde fragilizado e por conseguinte para a pobreza estão identificados, assim como os factores essenciais que ajudam a melhorá-los, por forma a garantir resultados positivos na saúde e a melhorar a qualidade de vida das populações. Os próprios países, em colaboração com outros parceiros, têm de cooperar na gestão destes factores. As comunidades, como parceiros e beneficiários, serão mobilizadas para garantirem a sua parte de responsabilização na sua própria saúde e bem-estar.

35. Espera-se nomeadamente que os ministérios da saúde assumam o comando na promoção da saúde ambiental, dado que é o sector da saúde que tem que suportar o fardo resultante de políticas pouco seguras. Ao assegurarem a sensibilização das políticas sociais para as necessidades das pessoas em termos de cuidados de saúde, bem como a sua fácil compreensão e implementação, os países terão mais hipóteses de realizar melhorias, não só na saúde, mas também na economia, na esperança de vida e na qualidade de vida.

36. A quinquagésima-segunda sessão do Comité Regional é assim convidada a examinar e adoptar a reposta de estratégia regional, de forma a contribuir para a criação de um ambiente viabilizador dos serviços de saúde sustentáveis, em benefício das populações da Região.



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE  
ESCRITÓRIO REGIONAL AFRICANO

COMITÉ REGIONAL AFRICANO

AFR/RC52/10  
2 de Fevereiro de 2002

Quinquagésima-segunda sessão  
Brazzaville, Congo, 19-23 de Agosto de 2002

**ORIGINAL: INGLÊS**

Ponto 8.3 da ordem do dia provisória

**SAÚDE E AMBIENTE: ESTRATÉGIA PARA A REGIÃO AFRICANA**

**RESUMO**

1. Apesar dos esforços meritórios de muitos governos e organismos de ajuda externa ao longo de várias décadas, em África no ano 2000, cerca de 276 milhões de pessoas continuavam sem acesso a um fornecimento de água potável e 284 milhões não tinham condições sanitárias adequadas (AFR/WSH/00.3). A poluição das escassas nascentes de água, a contaminação dos solos por resíduos industriais, municipais e agrícolas, contendo produtos químicos tóxicos e perigosos e a excessiva propagação dos vectores de doença resultaram em custos muito elevados para o tratamento dos recursos hídricos e para o controlo dos vectores.
2. Torna-se cada vez mais evidente que o futuro da saúde no mundo inteiro e particularmente na Região será determinado pelo ambiente. Enquanto outras regiões se vêm confrontadas com problemas de uma era, o Continente Africano vê-se confrontado com os problemas combinados das eras pré-industrial, industrial e pós-industrial. Os países têm de se preparar para enfrentar estes desafios, para não serem oprimidos por um futuro que podem planejar aproveitando os recursos que têm à disposição.
3. Assim, a estratégia relativa ao ambiente e à saúde visa estimular o desenvolvimento de políticas e também da gestão ambiental e da saúde e ambiente no sector da saúde. Estas políticas deverão permitir que o sector da saúde dos vários países estabeleça ligação com as políticas dos restantes sectores sociais, de modo a sensibilizá-los para os problemas da saúde. A estratégia também deverá permitir ao sector da saúde desenvolver os conhecimentos e a sensibilização das comunidades relativamente à relação entre o ambiente e a saúde. É importante que as comunidades façam escolhas informadas, de modo a melhorar o estado de saúde e a qualidade de vida e contribuir para um desenvolvimento sustentável.
4. Convida-se o Comité Regional a examinar e a adoptar a estratégia proposta, de modo a contribuir para a criação de um ambiente viabilizador dos serviços de saúde e ambiente sustentáveis, em benefício das populações da Região.

## ÍNDICE

### *Parágrafos*

INTRODUÇÃO .....	1-7
ANÁLISE DA SITUAÇÃO .....	8-18
A ESTRATÉGIA REGIONAL .....	19-30
Objectivo de longo prazo .....	19
Objectivos .....	20
Princípios orientadores .....	21
Intervenções prioritárias .....	22
Funções e responsabilidades .....	23
Responsabilidades dos países .....	24-28
Responsabilidades da OMS e dos parceiros .....	29
Monitorização e avaliação .....	30
OS FACTORES DETERMINANTES DO SUCESSO .....	31
CONCLUSÃO .....	32-36